
LEITURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E... LITERATURA, DIREITO DO PÚBLICO

Reading, public policies and...
literature, public right

Eliana Yunes¹

RESUMO: Embora não haja garantia alguma de que saber desenvolva virtude, sem leitura, não há reconhecimento de si e da coletividade, que comprometa os sujeitos com a vida social. A literatura tem sido um recurso possível para a tomada de consciência. Mas um país como o Brasil depende de Políticas Públicas que fortaleçam a leitura, que está na base da educação, da saúde, do desenvolvimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de leitura; Formação do leitor; Inclusão; Discernimento literário.

ABSTRACT: Although there is no guarantee that knowledge develops virtue, there is no recognition of oneself and one's collectivity, which commits subjects to social life, without reading. Literature has been a possible resource for raising awareness. But a country like Brazil depends on public policies that strengthen reading, which is the basis of health, education, and social development.

KEYWORDS: Public policies; Reader formation; Inclusion; Literary discernment.

UM PRÓLOGO NECESSÁRIO

Há que se reconhecer dentro e fora da Unesp o trabalho sério e contínuo em Leitura e LIJ, desde as linhas de pesquisa até as iniciativas de extensão com pesquisadores que, de Assis, abriram espaço para pensar a leitura e a LIJ com outras IES do Brasil e do exterior. Seu esforço fortaleceu uma rede de estudiosos e promotores da leitura, que vem procurando responder à questão proposta como referência, para este seminário. Não apenas, em ações e iniciativas de interesse acadêmico, mas pela inclusão no letramento literário de profissionais, crianças e jovens, com expansão de consciência crítica e da dimensão política do ato de ler.

Sem dúvida, o apoio da Editora da Unesp tem sido relevante e não é

¹ Doutora em Letras e Filofia com pós-doutorado em Leitura e coordenadora adjunta da Cátedra Unesco de Leitura na PUC-Rio, onde leciona.

possível silenciar uma referência que se colocou para a mesa que eu partilharia sobre *Leitura e políticas públicas*: a lei Castilho, a do PNLE aprovada este ano, toma vulto com um professor da casa e não deixará esquecer a luta de mais de uma década, em favor de uma legislação capaz de relembrar o compromisso do Estado com a formação social pela Leitura e Escrita.

Esta discussão, para mim, começa em 1986 – a *Revista da ALB, Leitura Teoria e Práticas*, registra em um artigo do Prof. Ezequiel Silva que, no final da década de 80, uma proposta de pesquisa enviada por mim, como diretora da FNLIJ, à Finep era intitulada *Por uma política Nacional de Leitura*. Seus resultados sintetizados saíram no início de 1992, em folheto de divulgação pela Fundação Biblioteca Nacional, ano do decreto-lei que criava o Proler/Programa Nacional de Incentivo à Leitura, base para uma *Política de Leitura*, com cinco linhas de atuação. Elas seriam a referência para os eixos do PNLL, em 2004.

Eis que são já 32 anos discutindo e implementando políticas de leitura, países afora. E sei que não basta apenas insistir em criar os canais e normas legais: é preciso realizar, tornar realidade o que as leis e estratégias indicam como linhas de força. Aprendi que uma política, por melhor que sejam seus fundamentos, não está no papel, mas vem em reforço e apoio estratégico ao que já se faz na vida cotidiana das comunidades, escolas, museus, bibliotecas, cine clubes e, no caso específico da leitura, no universo social da educação e cultura. A leitura não é propriedade do Estado, mas experiência viva de letrados e iletrados.

Ela acontece onde leitores tornam-se mediadores e promotores de leitura e agem, atuam, incentivam, propõem a literatura como um bem entre bens que o homem tem direito a desfrutar. Aliás, têm direito e necessidade, postulados no célebre ensaio de Antonio Candido, *O direito à literatura*, tantas vezes referido. A UFPE, através do empenho do Prof. Aldo Lima e chancela da Cátedra Unesco de Leitura, republicou-o em 2015 e reuniu no livro, comentários de ensaístas professos na defesa da leitura como estratégia de participação de sujeitos na vida social pública.

Porque a leitura não é uma política pública que dependa essencialmente das estruturas e do funcionamento da máquina governamental, como a saúde, a educação ou a segurança. O compromisso do Estado deve ser o de apoiar, favorecer, alimentar as iniciativas, acompanhando as demandas e ações, para registro e multiplicação. A cultura é manifestação do imaginário social sobre o mundo estreito com que se depara e deseja ampliar. Portanto, ler não está preso à academia, nem mesmo aos livros. Homero leu a História em um mundo ágrafo, pelas histórias narradas.

EM QUE A LEITURA IMPORTA?

Podemos dizer que o mundo dos homens se sustenta sobre narrativas. As pessoais e as coletivas, as anônimas e as autorais cujo entendimento é clássico, porque se renova a cada tempo, pelo olhar de quem as retoma ou reescreve. Borges, em *Esse Ofício do verso* (2000) afirma que as narrativas fundamentais não passam de meia dúzia e, sem defesa das religiões ocidentais, afirmava que estão todas na Bíblia: sobre nascer e morrer, amor e ódio, inveja e gratidão.

Como a cultura que nasce da relação sujeitos/mundo, como a arte que não pede passagem para existir – mas, quando controladas pelos instrumentos do estado ou do mercado, têm sua potência e energia comprometidas –, a leitura é condição de ambiência e de subsistência. O compromisso oficial em apoiá-la fortalece as práticas sociais de responsabilidade cívica porque o leitor é quem aprende a relacionar-se com a pólis. Aprende a reconhecer a alteridade. Aprende a agir como comunidade.

Leitura é, em verdade, efeito relacional entre o que há/acontece enquanto discurso e o receptor/interlocutor enquanto leitor. A compreensão provoca uma resposta que se desdobra como ato, passa à ação. Efeito não apenas estético, como admite o próprio Iser em *O fictício e o imaginário*: por uma antropologia literária (2013); mas uma construção de sentido que se processa na linguagem e que interpreta o lugar de si mesmo e do outro no mundo e na história. Lugares que se deslocam conforme as decisões do rumo.

A leitura, como prática de vida, corre o risco de entrar no automatismo do cotidiano e é muito cômodo conhecer coisas que, “naturalizadas”, quase não dizem nada; mas, quando há algo novo que assoma com um tranco na reflexão, porque exige que se estabeleça alguma relação entre o que sabe e o que se entende, colocamo-nos a caminho de um sentipensamento e saímos do já sabido para um conhecimento expandido – desenvolvemos, efetivamente, o ato de ler.

Então, uma política de leitura não inventa estratégias de gabinete, mas se organiza das práticas que os sujeitos elaboram, como *formas de vida* (segundo Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, 2005), e não se tornam receitas, modelos a copiar. Elas emergem de esforços articulados de agentes convictos do papel que a leitura desempenha na formação, não de leitores apenas, mas de leitores-cidadãos, sujeitos entre sujeitos que reconhecem o bem-estar comum como tarefa também sua.

O arranjo das sociedades passa necessariamente por acordos que viabilizam deveres e direitos assentados em discursos que vão dos jurídicos aos científicos. E com frequência, por mais emblemáticos e representativos que sejam enquanto simbólicos, abrem-se aos ficcionais, entre eles o literário. E aí nascem os problemas com as narrativas, desde Platão.

COMO A LITERATURA INCOMODA?

Sabemos que a literatura incomoda, mesmo ouvindo que as pessoas leem pouco. Parece, no entanto, que os que leem já incomodam o suficiente, porém não o necessário para que a sociedade se tome como leitora, no conjunto das práticas. Uma questão está em que a ficção não expõe sua razão de ser em megaeventos massivos, e aparece com força na “subversão da lógica”, realizada aos poucos, entre poucos, uma vez que a razão proclamada dita, por seu viés ideológico, controles subliminares, soprados pelos sistemas de poder. O ficcional põe estas contradições a nu ao dar a entrever/entrelar perspectivas insuspeitadas no que contamos ou nos contam. Camadas de sentido ficam perceptíveis nos implícitos a que o texto dá forma. As possibilidades de significação emergem e desiludem do sentido único.

Por isso, para ler e interpretar, entender-se com o lido, é inacreditavelmente mais fácil começar pela literatura. A afetividade aproxima o que a razão ainda não compreende e a experiência leitora pode ser apropriada para (des)entender o mundo à volta, perto ou distante, no tempo e no espaço. E temos não apenas a sensação, mas a iluminação (insight freudiano) de compreender tudo melhor, porque, inclusive, nos percebemos melhores, neste exercício de descrença no óbvio.

Longe de ser alienação (“gente de literatura é intelectual; vive fora do mundo”), o movimento é contrário e alarga os horizontes do humano. Somos capazes de sentir como que irmanados a Antígona ou a Emília, não se espantem! O fictício – enquanto deslocamento – e o simbólico – enquanto indiciamento – nascem do imaginário, e distinguem o poder criativo dos sujeitos. Uns o têm em aberto, outros mais assentes, mas tanto o simbólico, como o fictício nada têm de “naturais”.

Daí aprendemos a des-confiar dos demais discursos. A ideia de que o mundo e os homens são o que dizem que são, ao longo da História, precisa ser colocada em dúvida metódica, como o disse Descartes (em *Discurso de método*, 2005). Duvidar é preciso. Não se trata de insegurança ou o temor do engano. Trata-se antes de se perguntar pelas coisas não ditas, mas imagináveis. De que lugar fala quem fala? Qual seu contexto, suas alianças, seus outros ditos e feitos? Eis um belo exercício pré-eleição.

Como nos livros e filmes, na realidade, somos personagens, desempenhamos papéis, coisa que nos “ensina” a literatura. Para ler os jornais, as notícias e não estarmos alienados da história que se escreve à nossa volta, é preciso saber ler além da letra, isto é, ser leitor: relacionar os arquivos de vida aos do discurso da obra, para criar sentidos com as textualidades que “dizem” o mundo. Isto tem implicações de ordem ética e política.

O QUE ACONTECE QUANDO LEMOS?

Este movimento descrito aí brevemente foi estudado por Paul Ricoeur, com detalhes. Ricoeur afirma que, esta linguagem ordinária de aparente consenso que empregamos para falar do que nos parece ser o real, é uma *prefiguração* das coisas, estado em que muitos passam toda vida. O discurso é a realidade, sem possibilidade de se descolar dele, o que ele nomeia em *Tempo e Narrativa*, por (mimesis1) Ele, como Iser, como Calvino, de modos bem diferentes, vão mostrando que o discurso sobre o mundo e sobre nós já é uma interpretação: há um abismo entre a realidade e aquilo que dela percebemos e registramos (se houvesse transparência não haveria necessidade nem de linguagem, nem importaria o ponto de vista).

Contudo, é quase impossível não ocorrer que se entenda outra coisa do que foi dito. E aí estão os mal-entendidos e as mentiras, o fictício e o imaginário, as representações e suas crises, entre outras polêmicas. As palavras não dão conta de expressar tudo o que queremos que digam e o que dizemos para ser “verdadeiro” precisa ser desmontado e verificado em seus modos possíveis de remontagem. O esforço para o entender exige produtividade.

Sem alardear teorias propostas por Heidegger ou Derrida sobre o literário, na visão de Iser ou Ricoeur, isto fazem os ficcionistas: inoculam outro modo de ver, rompem com os horizontes de expectativa e alcançam uma *configuração* diversa (mimesis 2); donde, de volta aos discursos ficcionais/fictícios (...que chegam a fingir que é dor a dor que deveras sentem?) percebemos que o mundo é mais do que parece. Mas esta nova representação precisa ser ainda *refigurada* pelo leitor (mimesis 3).

Aprendizes, passamos a ler com olhos de lince, que dão ensejo à formulação em que cada sujeito, agora mais crítico e talvez singular (o que não quer dizer autônomo), com maior capacidade de discernimento, desenha para sua vida, pessoal ou coletivamente, uma “interpretação” do acervo de experiências articuladas que lhe afetam. E não se trata de dizer com Derrida que a linguagem escrita precede a linguagem oral no ser humano, porque só esta guardaria a *tradição da existência*; o que precede a oralidade e a escrita é a leitura, que guarda a memória da experiência, sem o que não haveria história a ser contada ou escrita.

Voltamos à leitura e à leitura *da experiência*, do que está no meio de nós, dos homens que caminhamos como povo de uma aldeia global, do que afeta a vida e os contextos que nos permitem subsistir. Sabemos que há texto e subtextos nas conversas, debates, pregações, juízos, negociações, o que significa que na palavra dobrada há algo mais. Na contemporaneidade, um

temor genérico se difunde e ganha espaços e gêneros discursivos, implícitos nas conversas, nas notícias de jornais, mesmo na literatura dita infantil, entre os quase todos os sete bilhões de humanos. Tememos muitas coisas: a fome, o desemprego, a insegurança, a guerra, o desamparo, o desafeto, a rejeição, tememos, enfim, saber-nos desumanizados.

O que está na ordem do dia na vida de cada um, como um discurso a ser lido por todos, é a leitura não só *de mundo*, mas *do mundo*, por onde a (des)ordem social conduz o gênero humano, coisa ilustrada pela literatura desde *Os miseráveis* (Victor Hugo, 1862, 240p.) até *A Caixa de Zahara* (Adriana Morgado e Vanina Starkoff, 2016, 48p.). O processo de formação de leitores se tornou uma exigência inadiável para (con)textos políticos, sociais ou sagrados, igualmente, porque tudo repercute em nós..... A leitura para Ricoeur não se fecha na construção do sentido. Ou não faria sentido ler.

O mundo urbano se tornou veloz e violento, negando o tempo que permitiria a consideração das notícias e suas consequências. Somos de alguma forma ameaçados pela bala perdida ou pelo bombardeio inesperado de um *drone*; pela subtração do trabalho que a tecnologia imprescindível prometeu como possibilidade de libertação e mostrou ser ilusão, porque era imprescindível também o preparo para lidar com este tempo, como advertira Hannah Arendt em *A Condição Humana* (1958); pelo deslocamento dos refugiados e migrantes a nosso redor, como se nosso território pudesse ser só nosso, de fato, enquanto os capitais circulam ocupando e desocupando sem cerimônia nossas sociedades e nos deixando mais pobres e carentes.

Conscientes disto ou não, marchamos diariamente ao encontro de distopias, nem sempre legíveis em sua gramática. E a que nos tem levado esta percepção intuitiva da situação em que nos vemos? Com frequência a reações irrefletidas, automatizadas, preconceituosas, beligerantes. Somos quase estrangeiros em nossa própria casa. Sentimo-nos sem direitos garantidos, o respeito à nossa humanidade mesma nos é negado. Uma alteração nestas condições exige na base educação dos sujeitos para uma responsabilidade coletiva nas práticas sociais pelo menos. E a leitura não passa ao largo.

POR QUE LER É UM DIREITO?

Agora, olhemos o mapa-múndi por onde se movem em hordas populações migrantes, tocadas pela falta de perspectivas, pela miserabilidade, pelas guerras civis e lhes fecham as fronteiras os que outrora chegaram a seus territórios para explorar, espoliar, desestruturar valores e cultura, lembra Zigmunt Bauman em *Estranhos à Porta* (2017). Na verdade, os jornais impressos e falados não tratam senão disto, sob nomes e justificativas diversos, eles denunciam todas essas práticas de injustiça. Para que leríamos

se não fora para nos re-conhecermos e aos outros no lugar que nos cabe no mundo? Entre 2000 e 2004, precisamente entre a publicação de *O Justo* e de *O Percurso do reconhecimento*, Ricoeur se ocupou da questão. Se a leitura não for devolvida ao mundo, ela se torna exercício intelectual, apenas.

Discutir estes fatos, mesmo de forma mínima nas mídias sociais, é um imperativo que, ao invés de nos agoniar, pode agilizar uma tomada de atitude que expresse uma participação responsável (de resposta coerente, compromissada) a *si mesmo como um outro*, na expressão de Paul Ricoeur (2014). Disto se trata, quando *pro-fessamos* aquilo que cremos ser dever, gosto, prazer partilhar; disto se trata, ensinar e aprender: ler as camadas da realidade como quem descobre ouro sob a pedra. E ler deixa de ser diletante, aura de erudição, cômputo de referências a uma marca de excelência acadêmica que não afeta a vida comum.

Assim, estamos falando de leitura numa dimensão política, no que ela tem de performativa e pragmática no desempenho do sujeito sobre a realidade experimentada e, mais ainda, perlocutória, no efeito que pode causar sobre o outro, na expressão de Austin para quem “dizer é fazer”. A leitura tem ética e admiti-lo não se refere a normas morais. O mundo ficou pequeno e não nos afetam apenas os ventos andinos ou a temperatura das águas dos oceanos (E temos ideia de que somos ecologicamente responsáveis por seus danosos efeitos?). Afeta-nos a falta de dignidade na vida do outro, que se estende à nossa, como no poema, atribuído a Maiakovisky:

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho e nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

Hoje, talvez, na mão inversa do que formulou Paulo Freire, a leitura do mundo jaz sob a leitura da palavra. Ela não demanda ser decifrada, mas provoca o leitor ao interrogar as aparências no gesto lúdico de se fazer

mediador desta travessia; do contrário, nela vão ficando náufragos do sentido os que não têm hospitalidade necessária para curar-se de seu esquecimento (quem sou, de onde venho, o que trago, o que posso trocar, ...?) e poder integrar um presente comum.

Palavras difíceis de transformarem em ação que não seja assistencialista apenas: com-paixão, acolhimento, solidariedade, porque os dotados de bens e, em geral, tidos por “homens de bem” não priorizam a educação como passo que desvia da violência temida, nem valorizam o magistério, como serviço de criação (*fazer aparecer a cria*) que leve adiante a humanidade menos brutalizada. O direito de ler abre caminho para pensar e agir e nisto transformar o meio ambiente em bem comum.

UMA CONCLUSÃO DISPENSÁVEL

Já escrevi em outro lugar porque não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos, pela palavra. Ela é um recurso de direito, mas seu uso pode ser antidemocrático, demagógico. Ela pode iludir, como visto na metáfora primeira de Ricoeur, mas pode dar a ver algo diverso, como Blanchot aponta. Ela permite o diálogo ao invés da agressão, ela permite adentrar vazios insuperáveis com hipóteses alternativas, como apontou R. Ingarden em *La obra de arte literária*, (1973), ou com laços feitos de trocas mútuas, na indicação de Marcel Mauss, em seu Ensaio Sobre a Dádiva (2008).

O lugar da geração da leitura é no meio do público, na interação pessoal e na intertextualidade, o que torna pública a discussão das trajetórias de suas políticas; cabe aos leitores que somos sua partilha dentro da sala de aula e pelos corredores da vida. Saber-nos leitores – que reconhecemos entre símbolos, ficção e imaginário a escrita plural da condição humana – nos oferece a oportunidade de participar da narração com que se conta a vida, do familiar ao público, da afetividade à racionalidade.

Lí de um doutor em tecnologia digital que a racionalidade não é aquilo que separa os homens dos animais, mas o que separa os humanos de si mesmos, uns dos outros e cada um de si mesmo. Se lêssemos isto com a vagareza necessária para entender a extensão da mediação pedida, poderíamos convencer-nos da relação salutar entre literatura e sociedade, que Martha Nussbaum (*Sem fins de Lucro*, 2015) aponta como essencial para alimentar a subsistência da democracia, a participação política que não se limita ao ato de votar; o convívio com a literatura agiliza o encontro com o outro, para não nos perdermos de nós mesmos. A leitura é o antídoto ético e político contra a alienação que nos coisifica. *Pode ser estética e sem culpas* se o encontro primordial for marcado pela literatura, com a ficção, com a arte

com que reinventamos o mundo.

Descer dos gabinetes ministeriais às ruas e aos espaços de convívio social pode fazer da promoção da leitura o recurso à saúde democrática das comunidades, das cidades, das nações que experimentem a comunicação de valores como diálogo, para a tolerância e o respeito às diferenças. Portanto, uma política para a leitura não anda em separado de uma política para a economia ou para a ecologia. Neste caso, tomar a literatura como expressão da condição humana, adiante de filosofias e antropologias, sociologias e psicanálises, demanda que ela esteja na sala de aula, sem se confundir com métodos e histórias, com crítica e teoria. Estas virão a seu tempo. Literatura viva que dê a ler o que as dobras escondem – aí começam as políticas de formação de leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo M. de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMAN, Zigmunt. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BORGES, Jorge Luis. *Esse Ofício do verso*. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DESCARTES, Rene. *Discurso de método*. Trad. Maria Ermantina Galvão. Porto Alegre: L&PM, 2005.

HUGO, Victor. *Os miseráveis*. Trad. Francisco F. da S. Vieira. França: A. Lacroix, Verboeckhoven & Ce., 1862.

INGARDEN, Roman. *La obra de arte literária*. 2. ed. Trad. Albin Beau; Maria da Conceição Puga; João Barrento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Trad. Johannes Kretschmer. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LIMA, Aldo de. (Org.) *O direito à literatura*. Recife: UFPE, 2012.

MAIAKÓVSKI, Vladimir. No caminho com Maiakóvski. Trad. Eduardo A. da Costa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 set. 2003. Ilustrada.

MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Portugal: Edições 70, 2008.

MORGADO, Adriana; STARKOFF, Vanina. *A Caixa de Zahara*. Rio de Janeiro: ZIT, 2016.

NUSSBAUM, Martha. *Sem fins de Lucro*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

RICOEUR, Paul. *O Justo*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *O Percurso do reconhecimento*. Trad. Nicolás N. Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Tempo e Narrativa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas – Coleção Pensadores*. Trad. João José R. L. de Almeida. Rio de Janeiro; Petrópolis: Vozes, 2005.

Data de recebimento: 28 fev. 2020

Data de aprovação: 10 jun. 2020